



ESTADO DE GOIÁS  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PRESIDÊNCIA - DEPUTADO MAJOR ARAUJO

### **Ata da Audiência Pública com o tema Incapacidade (física/mental) Parcial e Temporária para o Serviço Policial e Bombeiro Militar e seus Reflexos no Direito à Promoção.**

Por iniciativa do deputado estadual Major Araújo, presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa e líder do PRB da Casa, foi realizada na sexta-feira, 15 de fevereiro de 2013, audiência pública em comemoração ao Dia de Valorização do Militar Goiano, instituído pela Lei nº 17.488/12 e comemorado anualmente no dia 15 de fevereiro, com o tema Incapacidade (física/mental) Parcial e Temporária para o Serviço Policial e Bombeiro Militar e seus Reflexos no Direito à Promoção.

Fizeram parte da mesa da solenidade as seguintes autoridades: o Secretário de Segurança Pública, Joaquim Mesquita; o presidente da Fundação Tiradentes, coronel Elói Bezerra de Castro Neto; o comandante da Saúde dos Bombeiros Militares, coronel Hélio Augusto Finotti; deputado Mauro Rubem (PT); o presidente da Unimil (União dos Militares do Estado de Goiás), sargento Macedo; a responsável técnica do INSS, Luciana Maria Jordão Inácio; a representante da Defensoria Pública da União, Selma Soares de Oliveira; o vereador de Santa Helena de Goiás e sub-tenente da Polícia Militar, Arlos José de Silva; o vereador de Aparecida de Goiânia e cabo da Polícia Militar, Arnaldo Leite de Sousa; o coronel da Polícia Militar e chefe da Saúde da instituição, Naudimar Lourenço.

O deputado Major Araújo iniciou a audiência agradecendo a presença de todos, fazendo as apresentações iniciais. Afirmou que o objetivo da audiência é tornar público um problema que a sociedade não conhece afetando-a, assim como os militares e seus familiares. “Nosso objetivo é estabelecer um diálogo entre militares, comandos e Secretaria de Segurança Pública para divulgar esse problema que parte da sociedade não conhece”, pontua Major. O deputado afirma que o problema em questão afeta a sociedade, pois, a partir do momento que o policial militar tem restrições médicas é assim impedido de desempenhar 100% de suas atividades. Segundo ele, isso acaba influenciando sua motivação, o que, conseqüentemente, reflete no serviço de segurança à sociedade. Segundo Major Araújo, o militar que se acidenta dentro da Corporação hoje não tem garantia de que pode obter promoção, uma vez que para isso ele tem que passar por teste de aptidão e exame médico e, muitas vezes, em função do próprio acidente ele é reprovado. “Queremos debater essas questões e ponderar o que seria o ideal para os militares”, destacou o parlamentar.

Na ocasião, foram relatados casos como de um cabo da PM atingido por um tiro em serviço, o que acarretou a limitação dos movimentos do braço. Por isso está impedido de prosseguir na carreira, embora esteja no serviço operacional. “Em vez de impedir esse profissional de prosseguir com a carreira, melhor seria promovê-lo, considerando que foi um ato de bravura já que ele foi baleado em serviço. É isso que queremos buscar, a valorização dos militares que continuam trabalhando, embora com restrições”, salienta.



ESTADO DE GOIÁS  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PRESIDÊNCIA - DEPUTADO MAJOR ARAUJO

Após foi passada a palavra ao Vereador por Aparecida de Goiânia e cabo da Polícia Militar, Arnaldo Leite de Sousa. Arnaldo Leite apoiou a iniciativa e se dispôs a ajudar na causa dos militares. “O tema é de extrema importância para a sociedade e também para resolver um grande problema que acontece a nós que somos militares e estamos expostos a diversas situações que afetam a saúde”, ponderou.

Posteriormente, falou o vereador de Santa Helena de Goiás o sub-tenente da Polícia Militar, Arlos José de Silva que reafirmou a presença da problemática na corporação, dando o exemplo de um soldado que só conseguiu a promoção ao esconder o fato de que tinha perdido 70% do movimento do braço devido a um tiro. Por fim, agradeceu a oportunidade.

O deputado Major Araújo relatou o fato de que o militar ao pedir a licença para candidatar-se deve posteriormente ser requalificado, pois tal licença é entendida pelo Comando Geral da PM como de interesse particular.

O presidente da União dos Militares do Estado de Goiás (Unimil), sargento Macedo, definiu como “histórica” a iniciativa da audiência pública em comemoração ao Dia da Valorização do Militar Goiano. Segundo o presidente da Unimil, a sessão é uma forma de expor a situações vividas no cotidiano do militar. “Antigamente, não éramos ouvidos, agora podemos relatar o que nos acontece, e buscamos juntos uma solução para os casos dos militares que não podem alçar um posto melhor na sua corporação.” Por fim, relatou a história de um soldado que teve sua promoção negada devido a um problema no braço, mas que trabalha normalmente.

A responsável técnica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Luciana Maria Jordão Inácio apresentou o Programa de Reabilitação do INSS. Em suas palavras o Instituto traz uma série de atividades ao segurado afastado do cargo com o objetivo de prepará-lo para o retorno ou em outra atividade compatível. Tal programa é realizado por uma equipe multiprofissional e cada segurado é tratado individualmente. De acordo com a representante do INSS, esse trabalho realizado pela instituição baseado na reabilitação deveria também ser desenvolvido ao militar. “Se o militar teve sua saúde física afetada, temos como intuito realizar o tratamento adequado, buscando a inserção devida do profissional ao seu trabalho”, afirmou Luciana Jordão.

O deputado Mauro Rubem, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, iniciou sua explanação ao afirmar que não há direitos humanos sem segurança pública. Explicou que ainda há uma ideia errônea a respeito da função do militar. “As entidades ainda pensam que os policiais são ‘super-homens’, e não ajudam na garantia dos direitos adquiridos pela classe.” Segundo Mauro Rubem, a profissão deve ser mais valorizada pela sociedade. “Os militares, por muitas vezes, pagam com a vida, isso caracteriza que exercem uma profissão de alto risco.”



ESTADO DE GOIÁS  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PRESIDÊNCIA - DEPUTADO MAJOR ARAUJO

A representante da Defensoria Pública da União, Selma Soares de Oliveira, destacou a iniciativa da audiência pública promovida pela Comissão de Segurança Pública da Assembleia. “Estou aqui como observadora e parabeno a iniciativa da Comissão, pois se trata de um tema de extrema importância.” Selma Soares afirmou que a Defensoria Pública será parceira dos militares. “Vamos analisar os casos individualmente e também coletivamente, para buscar as soluções devidas sem que haja nenhum tipo de injustiça.”

O Subtenente Maxuêlo Braz de Paula, Diretor de Previdência da PM-GO e Presidente da Associação dos Subtenentes e Sargentos, ressaltou que o policial militar tem todo o apoio para o trabalho, mas na hora que é cometido de alguma incapacidade todo esse apoio desaparece. Afirma ainda que o policial ainda continua trabalhando, mas é impedido de ser promovido. Ademais, disse que há impedimentos legais que não permitem mudanças no programa de readaptação, como por exemplo a obrigação de ir para a reforma o policial que ficar dois anos incapacitado. Dessa forma, há um desestímulo aos militares.

O Coronel Elói Bezerra de Castro, Presidente da Fundação Tiradentes, iniciou sua fala dizendo que há uma discriminação que vem da própria Constituição Federal, ao especificar a palavra PNE. Ademais, afirmou que tal preocupação é recente, sendo que a Administração não está preparada para tal situação. Ressaltou que na concorrência da promoção tem que ser visto o outro lado também. Por fim disse que a Junta Médica da PM está atendendo às normas previstas e trabalhando para aperfeiçoar e evoluir sobre o assunto.

O comandante da Saúde dos Bombeiros Militares, coronel Hélio Augusto Finotti, afirmou que o tratamento dado aos Bombeiros Militares é diferente do adotado ao Policiais Militares. Explicou que o bombeiro que tiver alguma incapacidade em serviço terá todo o apoio e benefícios. Diferentemente, ocorrerá se a incapacidade se der fora do serviço, em que será analisado cada caso para averiguar o fato gerador da incapacidade. Ademais, o Serviço de Saúde tem três opções para concluir sobre a incapacidade: apto, não tendo nenhum problema; inapto, em que o militar irá para a reserva; e apto com restrição, o qual não impede a promoção do militar.

O secretário de Estado de Segurança Pública, Joaquim Mesquita, enalteceu a iniciativa do deputado Major Araújo (PRB) em promover audiência pública na Assembleia Legislativa na data em que se comemora o Dia de Valorização do Militar Goiano. Ele adiantou que ouvirá atentamente as colocações de todos os debatedores, especialmente as opiniões divergentes, com vistas a fazer gestões para a efetiva valorização do militar goiano. Deixou evidente que a sua expectativa é a melhor possível com vistas a melhorar a segurança pública no Estado de Goiás. “Estamos tomando um conjunto de medidas que, acreditamos, vai contribuir efetivamente para que o povo goiano tenha mais segurança pública, sob todos os aspectos.” Mesquita comemorou a redução do índice de mortes no período de Carnaval que, segundo ele, foi de 19% a 20%. “Nesses três meses de gestão já conseguimos avanços importantes em diversas áreas, como custeio direto, substituição de viaturas, concurso público, enfim estamos



ESTADO DE GOIÁS  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PRESIDÊNCIA - DEPUTADO MAJOR ARAUJO

adotando um conjunto de medidas que vão redundar, com certeza, em melhorias na segurança pública em todo o Estado de Goiás”, concluiu. O secretário de Segurança Pública, Joaquim Mesquita, anunciou a aquisição de 7 mil novos coletes que estão sendo fabricados. A entrega está prevista para o início de abril e o investimento, segundo Joaquim, foi de R\$ 3,2 milhões. Por fim, o secretário acredita que a partir das explicações e reivindicações apresentadas pelas autoridades presentes, talvez seja necessário alterar a legislação no que tange à promoção do policial ou bombeiro militar. “Por isso esta discussão hoje aqui na Casa de Leis é muito pertinente.”

Ao fim da palavra o Deputado Major Araújo afirmou que as vantagens dos militares são bem menores que de qualquer civil e que a igualação desses direitos deve ser buscada.

O coronel da Polícia Militar e chefe da Saúde da instituição, Naudimar Lourenço, afirmou que a Junta Médica segue a legislação. Disse que os próprios militares entraram com ações contra outros militares ao envolver esse assunto. Sugeriu, por fim, uma série de medidas, como criar um quadro especial só para a promoção do serviço administrativo e a regulamentação do TAF especial. Por fim, disse que a PM também tem um programa de reabilitação, mas que o mesmo não está implementado como deveria.

Após, foi aberto espaço para a interação entre os participantes da audiência, uma forma de aproximar a sociedade das ações do Legislativo. Foi perguntado se seria possível a mesma disciplina aplicada aos bombeiros para os policiais militares. Foi relatado que a legislação do BM e PM é jurássica e há uma cultura no meio militar de não ficar doente, só agravando a situação. Foram também sugeridas várias medidas, como readaptar o militar com restrição definitiva a uma atividade meio permitindo, assim, sua promoção.

Após explanações, reivindicações e casos revelados, Major Araújo deu por encerrada a audiência, propondo levar aos órgãos competentes as questões levantadas acerca da função do militar. "O debate caracteriza a formulação de ideias que possam agregar na solução do tema". Por fim, disse que toda a audiência fora transmitida ao vivo via internet, sendo que vários militares que não puderam comparecer assistiram-na on line.

**Deputado Estadual Major Araújo**  
**Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás**